

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

021ª AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL 25NOV2021

Pauta: Debater o PLLCE nº 024/21

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): (19h05min) Estão abertos os trabalhos da 021ª Audiência Pública. Peço ao diretor legislativo que proceda à leitura do edital.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Lê.):

“AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº024/2021 QUE DEFINE REGIME URBANÍSTICO PARA AS SUBUNIDADES 11, 12, 13, 14, 15 E 16 DA UNIDADE DE ESTRUTURAÇÃO URBANA (UEU) 078 DA MACROZONA (MZ) 08, ALTERA OS LIMITES DAS SUBUNIDADES 07 E 08, EXCLUI A SUBUNIDADE 12 E RENOMEIA A SUBUNIDADE 11, QUE PASSA A SER DENOMINADA SUBUNIDADE 09, TODAS DA UEU 080 DA MZ 08, DEFINE REGIME URBANÍSTICO PARA AS SUBUNIDADES 05, 06, 07, 08, 09 E 10 DA UEU 080 DA MZ 08, CONSTANTES NO ANEXO 1.1 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 434, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1999 - PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL(PDDUA), ESTABELECE CONTRAPARTIDAS PARA O PARCELAMENTO DO SOLO DO EMPREENDIMENTO "FAZENDA ARADO VELHO", REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 780, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade Porto-Alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 25 de novembro de 2021, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O *link* para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes das proposições poderão ser obtidos em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/137064>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a Audiência Pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A Audiência Pública poderá ser acessada será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>.
Porto Alegre, 17 de novembro de 2021. VEREADOR MÁRCIO BINS ELY, Presidente.”

A nossa audiência começa com a apresentação tanto por parte do governo como por parte dos autores do projeto, pelo tempo de 20 minutos cada, posteriormente, estaremos recebendo 10 inscrições para falar até cinco minutos, e nas inscrições terá que ser registrado se o participante é contra ou a favor do projeto. Pedimos também que, ao fazer a inscrição, coloque o nome e sobrenome para os registros da Casa. Neste momento, já estamos recebendo as inscrições, lembrando que somente poderão se inscrever aqueles e aquelas que registrarem se falarão a favor ou contra o projeto.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): É muito importante que, quando a pessoa se inscrever via *chat*, coloque se falará contra ou a favor para organizarmos as inscrições. Também fui informado que faltou luz na Secretaria do Meio Ambiente e o pessoal está tentando reestabelecer a conexão. Já voltou, o secretário Germano Bremm já está conosco. De imediato, passo a palavra ao secretário Germano Bremm para que proceda as considerações iniciais do governo.

SR. GERMANO BREMM: Boa noite, obrigado, Presidente Márcio. Tivemos uma rápida queda de luz aqui, já retornou, estava me dirigindo à Casa e retornei. A nossa arquiteta urbanista Gisele Vargas está aqui conosco, vai apresentar, na sequência, o projeto. Também o arquiteto Rodolfo Fork, pelo empreendedor. É importante, Presidente, dizer que o projeto, especificamente ali para a região do Arado, foi enviado para a Câmara de Vereadores após um amplo debate internamente aqui, no Executivo. É um projeto que vem sendo trabalhado ao longo de muitos anos, sucedeu inúmeras gestões em função de formalidade, tivemos ações específicas dos órgãos de controle, que apontaram essas necessidades, essas falhas nos processos participativos, que ensejaram alteração legislativa. Por se tratar de uma lei de uso e ocupação de solo, uma alteração de Plano Diretor, necessariamente tem que ter um amplo processo participativo. Nesse sentido, então, o Município organizou esses processos, debateu e está disponível no nosso canal da SMAMUS, no YouTube, junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Fizemos a discussão, a apresentação também no Conselho Municipal do Meio Ambiente. Depois disso, apresentamos, primeiro, na Região de Planejamento, depois, em audiência pública também feita pelo Executivo na fase de contribuição, com acesso aos moradores locais lá na região, ou de forma *on-line*. Então tivemos um amplo processo de participação, de validação com a sociedade, com salas da comunidade, salas contrárias, mas a gente teve essa oportunidade de apresentar inúmeras vezes e colher todas as contribuições. Eu peço que a Gisele e o Rodolfo façam a apresentação, porque eu vejo que, às vezes, muitas críticas, Presidente, que se têm sobre a proposta é um pouco de desconhecimento sobre o projeto, porque, de fato, o projeto traz uma situação, com o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

parcelamento do solo que se propõe para lá, muito mais protetiva para o meio ambiente daquilo que se levanta e argumenta, enfim, em debates que a gente vê acontecer. Então, é importante a gente ter esse momento da audiência pública para fazer o esclarecimento, mostrar como o Município chegou até ali, o que se pretende alcançar, quais são as contrapartidas. Acho que o projeto está bastante maduro, ele vem sendo discutido ao longo dos anos e, de fato, a gente precisa fazer ele acontecer. Esperamos que a Câmara de Vereadores aprove essa proposta enviada. Gisele, inicia contigo e, depois, o Rodolfo, dá continuidade.

SRA. GISELE VARGAS: Boa noite a todos os senhores e senhoras presentes. Eu vou compartilhar com vocês agora a apresentação do projeto de lei.

(Procede-se à apresentação.)

SRA. GISELE VARGAS: Aqui iniciamos a apresentação e informamos que a Diretoria de Planejamento Urbano, que foi quem assessorou a elaboração deste projeto, que está apresentando, propõe uma alteração de regime urbanístico do local. O local está na região sul, na região de planejamento 8, no bairro Belém Novo. Ali, no eslaide menor, à direita, está o limite do empreendimento, em linhas verdes. Aqui temos uma breve linha do tempo para resgatar aquilo que o secretário comentou, que é um processo que há muito tempo tramita e que há muito tempo vem sofrendo modificações, análises. Teve a questão da suspensão da lei anterior e atualmente se encontra em etapa de EVU – Estudo de Viabilidade Urbanística, que depende dessa lei própria para seguir adiante. A nossa apresentação é dividida em quatro tópicos: evolução urbana do bairro, as estratégias do plano em função do bairro, depois uma síntese dos regimes propostos e anteriores, e a nossa proposta de projeto de lei. Aqui, no início, nos tempos mais remotos do Município, quando o bairro era uma freguesia, depois tem aquela característica de complexo turístico, balneário; em 1976, é denominado distrito turístico; em 1991, passa a ser um bairro da cidade. Aqui, algumas reportagens da época em que o Belém era realmente um local muito procurado para o lazer da população em função das praias. Esse potencial turístico e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

paisagístico foi reconhecido nas estratégias do Plano Diretor, tanto que ele se apresenta em três das sete estratégias do Plano; a primeira delas, se fala da estruturação urbana, que é um programa de espaços abertos, que propõe se articular espaços abertos, praças, parques, de uma forma conectada. Nesse local, no Belém, é um local que foi escolhido para ser objeto dessa estratégia. Também na estratégia qualificação ambiental, claro, pelo grande patrimônio ambiental, paisagístico, histórico que tem lá na fazenda e nos arredores, e a estratégia da produção da cidade, na qual ela dispõe que o Município pode, em conjunto com a iniciativa privada, aproveitar as oportunidades dessas iniciativas para promover projetos de desenvolvimento urbano para os locais. Aqui, então, as três estratégias e como elas se traduzem para o Belém. Elas se traduzem, agora, com a alteração do regime, num programa de revitalização do espaço da orla e da implementação dessa estratégia de estruturação urbana, de programa de espaços abertos que vou detalhar mais adiante. Aqui, nós temos um mapa que mostra como é o regime urbanístico original lá do local. A área laranja e a área verde são áreas de ocupação rarefeita, que corresponde à Macrozona 8, o UEU 80; a área azul-claro mais o azul mais escuro são as áreas de ocupação intensiva, com maior permissão de potencial construtivo, etc. Aqui vocês podem ver que o total de unidades disponíveis, digamos assim, permitidas no regime original é de 1.323 unidades habitacionais. No regime proposto, a gente tem aqui nas subunidades 11, 12, 13, 14, 15 e 16 uma ampliação da área de ocupação intensiva, avançando um pouco sobre a área rarefeita ali em cima e se estendendo na borda da Av. do Lami. Ali, se está propondo um regime de intensiva, porém com padrão de densidade bastante baixo, que é a menor densidade da ocupação intensiva que o Plano Diretor permite, que é 140 habitantes por hectare. A área verde, que está marcada, a subunidade 13, é a área que vai ser destinada à estação de tratamento do DMAE, que vai ser objeto dessa lei também. Nesse caso aqui, na área intensiva, a gente conta com 542 unidades propostas. Nas áreas verde e laranja, que correspondem às áreas rarefeitas na proposta inicial, no regime original, nós temos uma alteração: na subunidade 5 e na subunidade 6, nós vamos passar do regime de produção primária para desenvolvimento diversificado. Desenvolvimento diversificado é um regime de atividades do plano que tem todos os padrões da produção primária, da área rarefeita, porém há a qualidade de permitir habitação nesses locais. Vocês podem ver que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

a subunidade 5 e a subunidade 6 não integravam a área de APAN, as áreas de APAN permanecem em verde, que correspondem à subunidade 7, 8, 9 e 10, que somadas com a 5 e a 6, integralizam 1.807 unidades, sendo que na área em verde, que é a APAN nesse regime novo, é possível ali 319 unidades, que é menos do que era permitido no regime original, que permitia 540. Então, se teve o cuidado de densificar a parte superior da área junto à Av. do Lami, que já era uma transição entre o bairro Belém e a área rarefeita e se manteve a preservação integral da área de APAN. Aqui a gente faz um comparativo, como falei antes, do número total de unidades desse incremento que vai se dar majoritariamente na área intensiva e no desenvolvimento diversificado. A população, quando a gente fala, a gente tem os dados, na verdade, do censo de 2010, e o ObservaPOA estima que em 2020 a população do bairro era de 10.600 pessoas. Com essa alteração de regime... Não é com a alteração de regime, com a implantação futura do empreendimento se estima um incremento de 70% na população num período de dez anos. Então, como eu falei antes, as estratégias privilegiam o local e têm desdobramentos em propostas urbanísticas. A primeira é o desenvolvimento do bairro, com projeto de articulação dos espaços abertos na orla, depois temos a doação antecipada do lote da estação de tratamento e a qualificação de alguns equipamentos públicos já identificados que estão até no corpo da lei. Esses objetivos vão se dar a título de contrapartida que o empreendedor vai aportar em função do benefício que ele teve com a modificação da legislação, que permite maior número de unidades. Então aqui, mais ou menos, como seria o programa de urbanização dos espaços abertos, seria a criação de percursos pela orla integrando as áreas verdes já existentes e urbanizando outras; depois a estação de tratamento de água; os dois postos de saúde que atendem o bairro, um situado na Av. do Lami e o outro no próprio Belém, que vão receber melhorias. Temos aqui os dois perímetros que integram esse projeto. O perímetro A corresponde ao perímetro de intervenção que é onde haverá alteração do regime e o perímetro B que é onde ele vai ter a interface com o empreendimento. Então a gente estendeu ali ao longo do Lami para incluir a Unidade de Saúde Paulo Viaro também. Aqui falamos o que é esse projeto urbanístico: é uma requalificação dos espaços abertos da orla, incluindo os bens inventariados que têm lá para resgatar esse momento que o bairro teve de ser um bairro de lazer. Então se identificaria aqui nos locais, onde nós buscamos nos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

arquivos municipais, os antigos loteamentos que originaram os balneários nas décadas de 1930 a 1950, que permanecem ainda até hoje esse traçado e as áreas verdes. Aqui colocamos os locais de interesse de patrimônio, que têm tanto no bairro como na fazenda, e criamos uma sugestão de percursos, que poderiam ser percursos a pé ou de bicicleta, que integrariam tanto os espaços abertos como os bens de patrimônio que existem dentro da área da fazenda. Aqui, resumidamente, o projeto aliado com as estratégias e o gerenciamento do poder público promovendo ações e projetos que qualificam o entorno. E, concluindo, os nossos objetivos específicos e, principalmente, a busca pela compatibilização da preservação do patrimônio e do meio ambiente com a ocupação urbana. Mais uma vez, reforçando que as contrapartidas não são medidas mitigadoras, que essas vão ser discutidas no âmbito do estudo de viabilidade que está em curso ainda. É importante dizer que um estudo de viabilidade, uma vez aprovado, não é uma licença, não tem caráter licenciador e cada empreendimento que surgir nesse grande loteamento também terá que ser submetido a outro estudo de viabilidade. Então, toda essa análise de EVU de todo o loteamento e dos empreendimentos menores que o integram vão ser submetidos a todo o rito técnico, análise ambiental, enfim, todas as secretarias vão se debruçar novamente sobre o projeto. Importante também citar que na subunidade 10 será uma RPPN, que é uma unidade de conservação privada, gravada na escritura, na matrícula, mas vai ter acesso público assegurado. Aqui, rapidamente, as etapas que o secretário já mencionou, as apresentações do Conselho, a apresentação na comunidade, a audiência que foi em agosto e agora a audiência do Legislativo. Obrigada a todos, à equipe que participou do projeto. Desejo boa noite para todos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Rodolfo Fork está com a palavra.

SR. RODOLFO FORK: Boa noite. Complementando o que a Gisele colocou, todo o histórico da área e a questão legal, a gente trouxe a localização para entender, dentro do Município, onde é a área que estamos empreendendo, procurando fazer esse parcelamento de solo. Ela se encontra bem na Zona Sul de Porto Alegre, no Extremo-Sul, lindeira ao bairro Belém Novo, na zona de transição entre a zona rural e a zona urbana intensiva, que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

é o bairro Belém Novo. O zoneamento original que temos da lei, da época que se iniciou o projeto, tem a zona de produção primária, que é essa zona amarela, a Gisele tinha comentado, a zona de APAN e as duas zonas em azul e roxo, de zoneamento intensivo. O zoneamento proposto pelo projeto, pelo parcelamento de solo, amplia um pouco a zona intensiva para gerar essa conexão viária que vai fazer o anel entre a Heitor e a Av. do Lami. Então, ele faz esse anel viário, fazendo esse circuito do bairro e um fechamento dele. E com esse zoneamento e essa ampliação da zona intensiva, propicia que a gente tenha uma densidade um pouco maior para as áreas mais econômicas, com os terrenos mais econômicos junto ao bairro existente junto à Av. do Lami, e que a gente possa fazer a doação de praças nessa centralidade, criar duas novas centralidades para o bairro, equipadas com praças, com creches, posto de saúde, terminal de ônibus, e cada uma delas, contando com as suas praças, só poderiam ser doadas se elas estivessem dentro da zona do intensiva. Então, a gente faz esse anel e preserva toda a zona ambiental mais restritiva – que é esse zoneamento 9 e 10; o 7 e o 8 têm zonas que são alagadas, que junto com o licenciamento de cada um dos impedimentos vão ser respeitados, vão ter de atender essa legislação de tecido ambiental. O 6 e o 7 são zoneamentos um pouco mais densos, mas ainda se enquadram em zonas rarefeitas. A densidade da área prevista aqui gira em torno de 10 vezes menos que a densidade da menor zona intensiva de Porto Alegre; em torno de quase 30 vezes menos do que a zona mais densa da área intensiva. Isso só demonstra que a gente está falando de cinco habitantes por hectare contra quarenta, que é a zona menos densa intensiva.

Aqui a gente fez uma sobreposição com a imagem de satélite em que demonstra que vamos criar uma grande reserva natural na beira, no istmo da Ponta do Arado, onde tem a mata nativa. Ela vai ser uma reserva natural que terá acesso público, se acordado junto com os órgãos ambientais, quais são as limitações, como vai de dar esse acesso, por ser numa reserva de patrimônio natural, de proteção do ambiente natural.

O morro da sede da fazenda, onde também possui toda uma área densa, a ideia, a intenção e o projeto prevê uma área de incentivo ao turismo, com ocupação de hotelaria. Os dois empreendimentos que estão demarcados com as flechas azuis são empreendimentos de menor densidade e vão ter zona de preservação das cotas de cheias, conforme a legislação

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

ambiental exige. Os dois empreendimentos com as flechas em amarelo são de densidade rarefeita, porém, mais densos do que os que estão juntos ao Guaíba; e os dois núcleos intensivos em vermelho. E nesses núcleos, vai permitir gerar uma densidade maior, que a gente traga essas áreas para implantar terrenos para a classe mais econômica. E, depois, os empreendimentos mais ao fundo, com menos densidade, para preservação do ambiente natural, a gente vai ter menor densidade, conseqüentemente, uma classe um pouco mais elevada – para classe média e classe média alta. Com isso a gente tem esse desenho do parcelamento de solo, onde vão se construir todos os equipamentos necessários para cada uma das áreas. Aqui a gente demonstra a redução de densidade, onde a gente reduz da área do centro de Belém Novo para o nosso zoneamento do empreendimento – reduz em torno de 10 vezes. E, do empreendimento para a zona rural, reduz mais 10 vezes. Então, a gente vem fazendo um escalonamento, uma transição mais suave, mas natural entre a zona intensiva e a zona rural do Município.

Aqui a gente tem a implantação que está protocolada, está tramitando, o EVU de Porto Alegre. Essa é a planta que foi protocolada e da qual se geraram os estudos; é uma planta de parcelamento de solo com grandes áreas para futuros empreendimentos, e cada um terá o seu licenciamento específico no momento em que forem se iniciar os projetos.

A primeira etapa que a gente tem agora é o loteamento como um todo. Aqui nós temos as ampliações dos núcleos onde demonstram as áreas para creches, posto de saúde; tudo próximo à entrada da Av. Heitor, próximo ao bairro, dando atendimento para os moradores locais. Ela se entende junto ao Lami; também a ideia inicial é uma grande quadra que tenha polo de comércio, serviço e indústria, e que a gente possa prover serviço para a comunidade local e treinamento.

Na ponta dele tem a intenção de uma escola agrícola. Há um tempo, lá em 2015, tinha sido negociada com uma ONG, que tinha interesse de prover e gerir essa área, mas a reserva dela continua no projeto atual, e ele andando, se retomarão os contatos para a gente viabilizar essa escola agrícola, que tenha contato com a zona rural de Porto Alegre e propicie uma mão de obra qualificada para o Município.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

Isto aqui demonstra a conexão. A Av. Parque fazendo essa conexão entre um e outro, e ela é uma avenida relativamente larga, com um parque central onde toda a comunidade vai poder transitar e compartilhar e tirar usufruto desse espaço que é completamente público. Uma das grandes preocupações era a questão do tráfego, do impacto que o empreendimento traria para a região. Em 2012, foi feito esse estudo, tem de ser atualizado, que demonstra, já no cenário atual, que nós tínhamos um entroncamento da Av. Edgar Pires de Castro com a Av. Juca Batista e que já estava sobrecarregado. No cenário zero, que é sem a implantação do empreendimento, esse cenário é de que, em 2026, ele extrapole a capacidade de trânsito desse cruzamento. No cenário dois, era a implantação do empreendimento; e, no cenário um, a implantação dos empreendimentos. Cenário dois e três são com as medidas mitigatórias do empreendimento. Então, olhando todos os entroncamentos que acontecem na região, com a implantação do empreendimento e com as medidas mitigatórias que têm do sistema viário, percebe-se que terá uma melhoria do fluxo e não um aumento, um congestionamento. Este estudo é no pico da manhã, e este estudo é no pico da tarde. Então, a gente demonstra que a implantação dos empreendimentos trará benefícios ao trânsito da região e não um aumento do fluxo na área, com mais congestionamento.

Aproveitando, quero passar para vocês, como todo mundo conhece a plataforma do Google Earth, a gente tem as fotos dos satélites para demonstrar que nós temos essa área de vegetação atual, existente, que se mantém completamente preservada. Então, o empreendimento tem esse viés de sustentabilidade, ele atende não só às legislações, ele atende além da legislação ambiental. Na legislação ambiental, existiria a possibilidade de remoção de parte da mata nativa; o empreendimento a preserva na integralidade. Nos empreendimentos que têm áreas de cotas de cheias serão preservadas no momento e serão indicadas a preservação momento de licenciamento de cada empreendimento.

Aqui mostra essa nossa conexão de a área, que foi uma diretriz solicitada pelo Município, lá no primeiro protocolo em 2012, e que se mantém completamente pública e nós vamos ter de mantê-la porque isso gera a centralidade, gera uma melhoria urbana para o bairro, gera atratividades para equipamentos de serviços e comércio; essa conexão, essa vivência.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

As praças estão demarcadas nesse verde mais claro. Os roxos são as áreas institucionais, prevendo a escola, posto de saúde, creche, tudo que é demandado. Esses terrenos que estão marcados em cinza são as zonas passíveis de uma habitação de classe mais econômica, preservando a tipologia que existe no Município. Esse primeiro empreendimento é residencial, que também pode ser pelo zoneamento de densidade mais econômica, porque permite uma densidade um pouco maior, e os outros quatro grandes empreendimentos, que eles são independentes, cada um deles vai ser licenciado no seu momento. A primeira etapa é o parcelamento de solo no formato de loteamento, que é essa etapa que a gente está tramitando. E aí eu queria só lembrar que essa etapa que agora a gente está fazendo, que é a aprovação da lei, ela não autoriza que se iniciem obras, que se iniciem vendas, que se inicie a implantação do projeto em si. Recém é a primeira etapa de um licenciamento relativamente longo, então, a gente aprovando a lei, o projeto volta para o Município analisar o estudo de viabilidade urbana, o Município avalia a viabilidade urbanística, aprova. Esse licenciamento ambiental é transferido para a esfera estadual, para a Fepam, onde vai fazer todo o novo licenciamento do meio ambiente para a região, para o loteamento em si. Saindo os licenciamentos, volta para o Município, ele aprova o projeto urbano, fase 1, fase 2, para aí, sim, ir para registro de imóveis e poder se iniciar a obra. Então nós estamos falando ainda numa escala de tempo nada imediato, de médio prazo, para essas situações acontecerem. E depois de sair a liberação do loteamento em si, entram as aprovações individuais de cada uma das grandes áreas e as aprovações individuais de cada empreendimento de casas, de comércio, de serviços que vão ocorrer nas zonas do loteamento dessa parte mais aberta, mais pública. Então, cada empreendimento desses grandes vai passar por todo o trâmite novamente, estudo de viabilidade, licenciamento ambiental, aprovação urbanística, licenciamento de instalação, registro de imóveis e aprovação. Isso só demonstra que essa aprovação da lei é uma aprovação que permite que o Município dê o entendimento e estructure o bairro de Belém Novo. Ele não permite que se possa implantar automaticamente esse projeto. Esse projeto agora volta para as análises urbanísticas e para as análises ambientais. Então, isso vai nos dar aí pelo menos uns dois anos, um ano e meio de tramitação para o loteamento, e mais um ano para cada um dos empreendimentos ser licenciado. Existe uma escala de tempo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

aí, que muitas pessoas me perguntaram e diziam: "Ah, quando sair a lei vocês já vão iniciar as obras?" Não! Ainda não. Ainda tem todo um roteiro a ser seguido, um rito a ser seguido até essa aprovação definitiva. Isso que eu queria deixar bem claro para todos, que a gente tem toda essa parte ainda a ocorrer, esses licenciamentos, que não é nada imediato, mas que é muito importante que a lei seja efetivada para que as coisas possam seguir o seu rito. Por isso que eu queria deixar essa última fala com vocês.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Sra. Michele Rihan Rodrigues está com a palavra.

SRA. MICHELE RIHAN RODRIGUES: Boa noite, Sr. Presidente da Câmara; boa noite, vereadores e vereadoras. Sou moradora de Belém Novo e venho aqui novamente, já conversei, já me expressei aqui em outra audiência, no final do ano passado, quando o Ver. Wambert Di Lorenzo propôs um projeto de lei no mesmo sentido, para viabilizar a urbanização da Fazenda do Arado. Só não falei antes porque o primeiro projeto de lei proposto para urbanizar a área da Fazenda do Arado não realizou uma audiência pública, não quis sequer cumprir o requisito da lei, que se ouvisse a população a respeito. Bom, todo mundo já falou disso, ele vem sendo gestado já faz muito tempo, mas não saiu do papel por inúmeras inconsistências. Inúmeras, vereadores! Os senhores e as senhoras não podem se omitir das questões graves que foram levantadas com relação a esse projeto. Basicamente, o que o empreendedor quer é, após ter adquirido uma área que é rural, que não é urbana, o empreendedor quer transformar essa área numa área urbana. Então o arquiteto Fork está equivocado na comparação que ele fez. Ele disse que a ocupação de Belém Novo é muito mais densa do que o condomínio; que eles vão melhorar isso. Não; eles vão destruir o meio ambiente para poder lotear uma área, que é a Fazenda do Arado, que tem 426 hectares aproximadamente - isso equivale a 11 vezes o Parque da Redenção. Onze vezes o Parque da Redenção! Porto Alegre tem um patrimônio inestimável na Fazenda do Arado e na região do Extremo-Sul, porque são as últimas áreas ambientalmente qualificadas da cidade. E aí, vereadores, vereadoras e cidadania que acompanha este debate, eu coloco a seguinte questão: nós estamos em 2021, nós já temos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

diversos levantamentos científicos que comprovam que as mudanças climáticas já estão acontecendo - a tempestade de hoje em Porto Alegre foi tranquila -, já passamos por tempestades horrorosas que causam enormes prejuízos econômicos para a cidade. Então, descuidar do meio ambiente, senhores vereadores e senhoras vereadoras, é causar prejuízo econômico também para a cidade e para a cidadania. Vocês não podem negar os fatos. Cientistas já comprovaram isso. Em pleno 2021, quando nós sabemos que tudo que uma grande metrópole, que uma grande cidade no mundo quer é preservar as suas áreas verdes ambientalmente qualificadas, Porto Alegre está indo no caminho contrário, querendo urbanizar uma área que equivale a 11 vezes o Parque da Redenção, que tem banhados, que tem o pampa – que é o bioma menos preservado do Brasil –, Porto Alegre quer destruir o pampa porque diz que ali não tem nada de importante. Vejam, vereadores e vereadoras, o absurdo que nós estamos discutindo aqui. Essa proposta que vem se arrastando nos tribunais e nas investigações policiais, que já demonstraram que o estudo apresentado por esse empreendedor foi um estudo que não avaliou adequadamente a área e que apresentou inclusive informações falsas, é um caso de polícia esse empreendimento, e aí a Prefeitura de Porto Alegre, o Executivo está propondo novamente, pela terceira vez agora, alterar o regime urbanístico da Fazenda do Arado para destruir o meio ambiente, para destruir o *habitat* de bugio, de gato maracajá, de centenas de aves – inclusive aves migratórias –, de centenas, sei lá quantas espécies de répteis, de insetos, de anfíbios, tudo que deve ter lá. É uma enormidade de vida! Peixes que vivem nos banhados, que são sazonais, espécies em extinção. Nada disso está sendo avaliado nesse projeto que quer urbanizar a Fazenda do Arado! Nada disso está sendo trazido para a população. Para a população está sendo dito que está tudo bem, como foi dito em 2015, quando alteraram o regime urbanístico da Fazenda e não fizeram audiência pública. Agora, a Câmara está oportunizando a audiência pública, o Executivo oportunizou a audiência pública, porém os argumentos consistentes, trazidos pela cidadania, estão sendo ignorados pelo Executivo. Espero que não sejam ignorados, também, pelos vereadores e pelas vereadoras. Saibam que a questão já está judicializada; existem inúmeras ações questionando esse empreendimento, questionando esse projeto, questionando essa proposta, questionando o drible que o Executivo está dando com uma revisão do Plano Diretor. Certamente, esta

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

questão não vai ser decidida com a mera aprovação desse projeto absurdo e contra a vida e os direitos das futuras gerações de Porto Alegre. Os senhores tenham muito cuidado na análise dessa questão, porque os senhores serão cobrados pelos seus filhos, pelos seus netos e pelos filhos e netos de todos os moradores de Porto Alegre. Boa noite.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Agradeço a Michele. O Sr. Márcio Carvalho está com a palavra.

SR. MÁRCIO CARVALHO: Boa noite. Gostaria de falar como arquiteto urbanista, como ex-vice-presidente do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, como palestrante, convidado pelo IAB e pelo CAU, sobre tantas matérias que envolvem questões técnicas da arquitetura e do urbanismo. Queria começar a minha fala dizendo que vivi boa parte da minha infância no Belém Novo; meu pai trabalhava na região e eu muito o acompanhei na região. Eu ouvia dos meus parentes as histórias sobre o Belém Novo, sobre o cassino que existia nas margens do Guaíba, nos anos 30, com um dos restaurantes mais interessantes da cidade, que ficava nesse balneário que era o Belém Novo, no início do século passado. Infelizmente, ao longo desse processo de abandono do nosso rio, na primeira metade do século passado, acabou perdendo relevância, acabou relegado a segundo plano, enquanto os balneários do litoral norte tomaram força. O Belém Novo é, sim, uma região de caráter histórico, de caráter *rururbano*. Eu me associo à fala da Michele, no momento em que ela comenta que a vocação de Belém Novo, a vocação do Arado é rururbana. A Fazenda do Arado é uma importante franja de delimitação entre a paisagem urbana de Belém Novo e a paisagem rururbana, encaminhando-se para a paisagem rural do Lami em diante. É uma região na qual temos de ter muito cuidado para que seja trabalhada e desenvolvida de uma maneira cuidadosa. Já foi facultado à municipalidade assumir a RPPN, mencionada pela arquiteta Gisele, e a municipalidade diz não ter condições. Felizmente, graças ao proprietário que zela pela terra, a região é ainda integralmente preservada, diferente de outras regiões que, infelizmente, não tem mais retorno, como o Morro da Cuíca que já está completamente ocupado, edificado; ao contrário do Morro do Arado, que é integralmente preservado com os esforços dos proprietários. A vocação rururbano da Fazenda do Arado

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

é notável, é uma região que merece ser tratada a partir desse caráter, com respeito, mas com atenção às necessidades latentes da comunidade de Belém Novo. É uma região que tem demandas de habitação social e que necessita de um projeto que preveja habitação social. Eu entendo que, pelo mergulho que pude ter no projeto da Fazenda do Arado, a questão da habitação social está sendo ofertada, é uma região que demanda saneamento básico, em especial à questão do tratamento de água, e isso está sendo previsto nas contrapartidas impostas ao empreendedor através do projeto de lei. É uma região que demanda qualificação da sua orla, que demanda qualificação dos equipamentos urbanos, e isso está sendo colocado como contrapartida ao desenvolvedor. Todas essas demandas, previstas nas contrapartidas, simplesmente elevam o bairro Belém Novo e o recoloca na sua urbanidade perdida há 50 anos. A população pede por essas qualificações que, infelizmente, o ente público não tem recursos para aportar e, por isso, estão sendo repassado ao ente privado. A questão da RPPN: muito pouca gente percebe que existe uma área enorme da fazenda reservada, através deste projeto, para proteção natural. Isso significa que a preservação natural é custeada pelo ente privado. Em contrapartida, ainda precisa, de maneira legítima, abrir acesso público para que todos possam aproveitar o prazer desse bem de preservação da paisagem natural. Um outro ponto importante que queria colocar, como técnico, como arquiteto urbanista, é que, como foi colocado tanto pelo arquiteto Rodolfo quanto pela arquiteta Gisele, a aprovação de projeto de lei é uma correção de rito, e essa correção de rito ainda passa pelo órgão mais sério e técnico que a gente tem à disposição do nosso Estado, que é a Fepam. Qualquer licenciamento ambiental e as permissões possíveis de alteração ambiental precisam passar pela Fepam numa complementação de licenciamento ambiental. É à Fepam que cabe definir, exatamente, os critérios de ocupação e de preservação, e o projeto, a partir do rito da aprovação de um projeto de lei, precisa passar por esse trâmite. Era isso o que eu queria colocar, fazer um registro técnico e me colocar a favor deste projeto que muito contribui para a qualificação da vocação de Belém Novo. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Márcio Carvalho. O Sr. Silvio Jardim está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

SR. SILVIO JARDIM: Boa noite, Presidente, mais uma vez nos encontramos no exercício da nossa cidadania. É facultado pela Casa do Povo municipal nós debatermos esse tema. Arquiteto Márcio, só para dizer sobre a questão dos recursos: quando o Município quer, deseja, ele vai atrás e busca. Tem R\$ 120 milhões de reais aplicados na orla, atualmente; o Município acabou de obter um financiamento do Banco mundial, no valor de R\$ 1,8 bilhão, para revitalizar o Centro de Porto Alegre. Então, quando o Município deseja e quer colocar recursos, ele vai atrás e consegue. O Belém Novo está abandonado pela municipalidade há muitos anos, a gente sabe, mas não é por problemas de orçamento, mas, sim, por problema de vontade política. Agora, nós estamos vendo a vontade política do Município de facultar o adensamento, na área do Belém Novo, em dez anos, em 70% da sua população. E a Fepam, agora, não vai dizer o que vai ocorrer para dentro do Bairro Belém Novo, ela vai falar aquilo que tudo que está no ambiente natural, mas aquilo tudo que envolve do ponto de vista do ambiente e da mobilidade a Fepam não vai falar. E não precisamos imaginar muito o que 70% do adensamento do bairro vai ocasionar. Eu sou morador da Zona Sul, e, portanto, aquilo que foi apresentado pelo ilustre arquiteto a respeito da mobilidade, que não vai haver impacto, eu não sei, sinceramente, com todo o respeito, de onde tiraram esse tipo de raciocínio. A Av. Beira Rio já está com engarrafamento; a Av. Juca Batista já está intransitável em determinados momentos; a Av. Edgar Pires de Castro, idem. Então 3.600 unidades adensando um bairro em 10 anos, isso não precisa muito exercício para ver o impacto que vai ter. E muitas questões ambientais que a gente vê e imagina, pelo que foi trazido aqui, e deixam para o EVU. Quem vai acompanhar o EVU? Os vereadores vão acompanhar o EVU e o EIA-RIMA? Até podem, mas a gente vê, com o asseio das atividades, que não faculta esse tipo de acompanhamento. A cidadania vai acompanhar isso? Não consegue fazer isso, isso tramita em escaninhos de difícil acesso, quem faz, quem acompanha, quem apresenta é quem está lá interessado no empreendimento, e esse, sim, faz tudo andar. É uma dificuldade, isso! E a Michele trouxe muito bem aqui os problemas que houve depois de muita aplicação, muito garimpo e muita luta para obter a informação, e crimes vieram à tona. Então é um assunto de polícia mesmo que acontece no Arado. Só para vocês terem uma ideia na questão ambiental, na audiência

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

pública que houve ali no Belém Novo deixou passar o empreendedor que nas bacias de contenção – vão haver sete bacias de contenção de água da chuva e dois canos enormes pelo lado. São canos de 600 milímetros, a gente soube disso depois, e toda aquela água que vai lavar o condomínio de 3.600 unidades com suas bitucas, seus cocozinhos de cachorro, tudo aquilo vai direto para o rio ali naquele lugar, naquela área de proteção ambiental. A gente viu recentemente caso de balneabilidade do bairro comprometidas. Ali tem uma estação de captação de água do Rio Guaíba ali naquele ponto, um dos últimos pontos bons para captar água, comprometidos com esse tipo de coisa. Tem o Lami! Ou seja, a tragédia ambiental que se avizinha com esse empreendimento, só para ter um exemplo essa questão do tratamento pluvial, é imensa. Portanto, eu acho que é interessante a gente dizer, com toda a sinceridade, que esse projeto está sepultando o bairro Belém Novo. Quem é a favor desse projeto, inclusive especialmente os integrantes da comunidade que estão ali há muito tempo, não podem fazer o papel de coveiro do Belém Novo com esse projeto, porque do ponto de vista ambiental da mobilidade e do trato da água naquele local, por essas questões que estamos colocando, porque já tem muito problema ali de escoamento de água da chuva não tratada com poluição hídrica ali, isso é um problema. Bons projetos geram também empregos, e há propostas do Preserva Belém Novo para aquela área que são bons projetos, projetos de ocupação ambientalmente aceitáveis e que vão trazer muito desenvolvimento para o bairro no seu perfil, que é o último legado que se tem de Porto Alegre numa área ambientalmente sadia, onde se pode transitar, conviver com a natureza. Outro componente que eu gostaria de alertar, e vou dizer isso mais uma vez: os ilustres vereadores não podem sepultar o bairro Belém Novo com esse tipo de empreendimento. É um adensamento de 70% em 10 anos, dentro de uma fazenda, dentro de uma área ambientalmente sensível, com uma estação de tratamento de água ali na frente. E toda essa água que vai, e todo esse esgoto pluvial, vai desembocar diretamente naquela área de proteção e também onde estão captando água para a população. A população de Belém Novo precisa ter a responsabilidade do que está defendendo, e aqui nós chamamos atenção para isso. O último componente, alertamos mais uma vez, presidente e vereadores: tem uma decisão judicial determinando uma perícia administrativa naquela área, que é no que se refere à ocupação indígena. Os

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

empreendimentos, os empreendedores, os donos da fazenda já contrataram uma universidade e removeram todos os elementos arqueológicos que havia ali, e isso é um crime, é o chamado atentado, que altera a situação fática de uma área, de um local sobre a qual pende um litígio judicial. Eu acho que os vereadores também não podem dar guarida para que isso ocorra enquanto uma decisão judicial pendente e vigente está valendo. Então o apelo é para que não votem este projeto e que discutamos com a comunidade, com o movimento ambientalista e com todos os envolvidos uma resposta decente para aquela área, mas não isso que está sendo colocado ali. Não façam o papel de coveiros do Belém Novo. As populações futuras vão cobrar, como já estão cobrando agora com os problemas ambientais sérios que tem ali sem esse empreendimento que vai aumentar a população em 70%.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Dinar Melo de Souza está com a palavra.

SR. DINAR MELO DE SOUZA: Boa noite, Presidente, e cumprimentando o Presidente, cumprimento a todos que estão participando dessa audiência. Sou um líder comunitário do Extremo-Sul, fui conselheiro do Orçamento Participativo, da coordenação, e hoje eu sou conselheiro do Plano Diretor. A gente já ouviu, já acompanhamos esse projeto que foi várias vezes apresentado para nossas comunidades, nós estamos conscientes que é bom para comunidade esse projeto. Nós não podemos ficar parados no tempo e querer que a fazenda continue como era antigamente. Então, nesse projeto está bem explicado. Já ouvi falar que há um desconhecimento do projeto, mas se as pessoas não conhecem o projeto é porque não quiseram, porque só aqui no bairro foi várias vezes apresentado e fizemos audiência pública bem divulgada, então quem diz que não conhece o projeto é porque não se interessou em conhecer. Eu sou a favor, sempre fui, do desenvolvimento. Desenvolveram-se todos os bairros, por que o nosso não vai desenvolver? A comunidade precisa. Esse projeto, no meu modo de ver, vai ser fundamental para o desenvolvimento do Extremo-Sul. Nós queremos o desenvolvimento do Extremo-Sul. Nós não podemos ficar pensando que antigamente era uma fazenda e que tinha índio há 500 anos, porque onde eu moro hoje tinha índio também. Nós temos que acompanhar a evolução. Os índios hoje têm internet,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

têm telefone, estão evoluindo, e nós precisamos evoluir, precisamos desenvolvimento, emprego e geração de renda no bairro. A maioria da comunidade, como já falei várias vezes, é a favor desse empreendimento. Para vocês verem, hoje, são poucas as pessoas do bairro que vão falar contra o projeto, agora os a favor são todos da nossa região. Nós não precisamos trazer gente de fora para nos defender, nós temos gente competente, líderes comunitários que trabalham pelo desenvolvimento da cidade, do nosso bairro. Durante o tempo em que fui conselheiro, conseguimos creche para o nosso bairro; conseguimos reformas para o colégio; posto de saúde na nossa região; várias ruas pavimentadas, onde, antigamente, as casas ficavam todas alagadas, hoje está tudo pavimentado. Eu sempre digo, as pessoas que criticam, que me criticam, eu gostaria que me mostrassem alguma coisa que fizeram para o bem da comunidade de Belém Novo, no Extremo-Sul. Estamos, mais uma vez, a favor e vamos continuar até o fim e estamos torcendo e convocando os vereadores para que, na hora da votação, aprovelem esse projeto, que vai ser muito bom para a nossa cidade. Era isso aí que eu tinha para falar hoje.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Dinar. O Sr. Paulo Brack está com a palavra.

SR. PAULO BRACK: Sou professor da UFRGS, do Instituto de Biociências, também faço parte do InGá, fui técnico da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, na década de 1990, fiz parte da coordenação do ambiente natural, que era para planejar a área de proteção ao ambiente natural de Porto Alegre, infelizmente, essa área foi extinta. E nós vemos aí que o secretário atual da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, SMAMUS, diz que há desconhecimento em relação à área. Então, me parece, primeiro, acho que o desconhecimento é o desconhecimento da biodiversidade que existe naquela área. Nós fomos, eu fiz parte também de uma câmara técnica, na época, em 2015, aproximadamente, pelo Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais, InGá, fomos na área, inclusive, quando descemos do automóvel, a primeira coisa que vimos foi uma toca de tartarugas. Ali é uma área de desova e incubação de tartarugas, e é uma área onde já se quer construir. Então, você tem lá vários animais: aves, gatos do mato, temos bugios, é uma área que tem

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

atributos de área natural, uma área de proteção ao ambiente natural, que vai ser jogada para uma especulação imobiliária. Enquanto aqui, eu moro em Petrópolis, muitas áreas centrais de cidade com infraestrutura estão sendo abandonadas para você jogar uma grande infraestrutura para a Zona Sul de Porto Alegre. Do ponto de vista de pegada ecológica, que o secretário foi até a COP-26, fala muito bem: "Olha, eu fui até lá". Nós vamos incorporar uma energia, uma infraestrutura de concreto para áreas naturais? Isso vai ser um impacto imenso para a biodiversidade e, ao mesmo tempo também, um impacto energético sob o ponto de vista que você poderia ter um cinturão verde. Que é um dos aspectos que nós, já na última conferência de meio ambiente, falamos da importância do cinturão verde, e também da Zona Rural de Porto Alegre, nos Caminhos Rurais, nós temos ali todos os atributos para manter a biodiversidade, o pouco que resta, porque a arquiteta da Prefeitura, que falou muito aqui em relação à situação; não teve nenhum biólogo que falasse sob a viabilidade do ponto de vista da ocupação dessa área. Nós não temos, do ponto de vista de licenciamento ambiental, quer dizer, está tudo enviesado dentro da Prefeitura, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. A primeira questão, o Estudo de Impacto Ambiental é um estudo que é falho, que está sendo contestado até na polícia. Então, com base em estudo de impacto ambiental muito falho, nós vamos nos basear e não temos, no ponto de vista técnico também, nenhuma chancela de dizer: "Olha esta área aqui, ela é passível de uma ocupação com 3 mil residências ou coisa e tal". Quer dizer, qual é o impacto para as últimas áreas que nós temos, em Porto Alegre, que têm atributos para serem protegidas? A Zona Sul está explodindo, está explodindo de empreendimentos, está explodindo de área urbana. E isso significa também uma energia muito grande, e poderemos ter aspectos ali na área que tem todos os atributos ecológicos para contemplar agroecologia, turismo ecológico, os Caminhos Rurais, e não uma ocupação que está sendo feita de uma maneira de desmembramento. Então, foi muito inteligente a forma que aqui está sendo feito: joga o guarda-chuva de licenciamento! O secretário, que deveria trabalhar para a proteção do meio ambiente, está trabalhando hoje para permitir empreendimentos, para favorecer a ocupação de áreas que não têm atributos para ocupação urbana. Então, é muito triste que nós tenhamos Secretário do Meio Ambiente que esteja aqui trabalhando no sentido de destruição. As unidades de conservação estão

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

abandonadas em Porto Alegre, faz mais de 20 anos que não temos concurso para biólogos, a Secretaria está abandonada, do ponto de vista da proteção; os corredores ecológicos que estão previstos até na Lei Orgânica de Porto Alegre, também foram desfeitos qualquer tipo de estudos para isso. Nós, então, estamos fazendo um avanço de uma área que não tem atributos para ocupação urbana, destruindo com o que resta da flora e fauna ameaçada em Porto Alegre. Nós vamos ter que judicializar esse processo, porque infelizmente parece que a Câmara de Vereadores não está disposta a nos escutar, mas a população tem que saber que ali vai ser uma destruição das últimas áreas naturais de Belém Novo, e isso vai ter como consequência também um prejuízo na qualidade de vida para todos os moradores ali. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Paulo. O Sr. Caio Paixão está com a palavra.

SR. CAIO PAIXÃO: Boa noite, Bins Ely; boa noite vereadores e boa noite a todos que estão nos ouvindo. Começando o seguinte, eu vou falar um modo mais popular para o pessoal entender, porque nós temos muitos engenheiros, arquitetos, advogada, como a Michele, mas temos que falar, ser autênticos. O empreendimento Arado, com 426 hectares, este empreendimento vai deixar 428 hectares, para flora e fauna, serem intocáveis; vão ser restaurados os pavilhões das mangueiras, cocheiras dos cavalos. Para organizar, deixar para o nosso povo ter ciência do que era o empreendimento do Arado. A casa do falecido Breno Caldas vai ser transformada em hotel e espaço de eventos; vai ter uma escola técnica para agricultura; vai ter um espaço de 40 mil metros quadrados para alguns empreendimentos, essa área vai ser reservada, essa área vai ser reservada, vão ter três praças, comércio, creche, posto de saúde, hoje está sendo construída uma – me desculpem, é que eu sofri um AVC – central de água que vai beneficiar 11 bairros de Porto Alegre, vão ser beneficiadas mais de 1.200 pessoas para trabalhar no comércio de Belém. A área menor, para facilitar o acesso; o Morro da Cuíca, onde a Dona Michele mora, que já foi invadido, não tem mais, isso que ela defende a natureza! Eu não entendo isso: “Eu defendo a natureza e estrago a natureza para mim próprio”, e são alguns amigos dela. Dez

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

peças estão sendo processadas, por quê? Muita coisa aconteceu, só para terem uma ideia, vereadores: trouxeram lá de Itapuã pedaços de coisas e botaram dentro da fazenda do Arado. Anoteceu, não amanheceu, os índios estavam lá, como o próprio prefeito disse; o cacique, que eu falei com ele, veio de Santa Catarina, porque o “oxum” dele disse que a área era ali. Então o que acontece? Como o prefeito disse: “De avião, não adianta!” De avião, é palhaçada, é caso policial mesmo! Da turminha deles, tem gente que não pode se aproximar 300 metros da fazenda por fazer essas barbaridades. Aí vem dizer, trazer gente de fora, são uns desordeiros, quando a gente vai falar, gritam, fazem e acontecem; trazer gente do Centro para dizer que não é legal ter um empreendimento.

O empreendimento vai revolucionar Belém Novo, que está parado. É um comércio que vai funcionar, é como o prefeito Sebastião Melo diz: “A roda tem que girar”, e girar é dar emprego, transformar, só dentro da fazenda vai ter mais de 200 mil pessoas trabalhando quando começar a obra.

Hoje estão fazendo um carnaval porque o DMAE está botando canos para fazer a nova central de abastecimento, porque a rua vai ter poeira, se não é a rua são os barquinhos dos pescadores – tira os pescadores de um lado e bota em outro. Eu já disse: não se faz omelete sem quebrar os ovos! É isso que eles querem? Isso é uma vergonha! Eu já ouvi barbaridades da Dona Michele e dessa turminha dela, que é uma baderneira! Não tenho medo de falar, falo abertamente: eles têm que pegar e botar o rabo no meio das pernas. Esse pessoal da PUC, da UFRGS vão fazer o corretamente certo, mas sai de Belém Novo! A Dona Michele chegou aqui em Belém Novo ontem, eu estou aqui dentro de Belém Novo há 44 anos e nunca vi nenhum índio! Obrigado e desculpa a demora. Bins Ely, que Deus te abençoe. (*sic*)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado Caio Paixão. O Sr. Fernando Campos Costa está com a palavra.

SR. FERNANDO CAMPOS COSTA: Boa noite a todos, faço parte do Amigos da Terra Brasil e do movimento Preserva Arado. Primeiro, quero fazer uma fala que justamente essa é a diferença entre a fala anterior e de quem defende o ambiente, defende uma cidade

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

justa, inclusiva, que entende que a participação, o diálogo, a conversa, o cumprimento das leis é a forma correta de a gente ter uma cidade que não segregue e que não destrua modos de vida para colocar modos em cima do mercado e em cima do lucro. É muito importante que a gente tenha esse diferencial, porque hoje, no Brasil, a gente vive um momento em que esse tipo de postura cada vez se sente mais empoderado, mas, ao mesmo tempo, a sociedade vem construindo compreensões de que isso não é possível.

Primeiro, quero questionar que, para algumas coisas, a pandemia já acabou e, para outras, a gente continua tendo situações de não espaços de diálogo, como as reuniões do Conselho do Plano Diretor na Região 8, que não são feitas. É importante a gente ver que essa audiência poderia ser presencial, também poderia haver outros espaços de diálogo com a comunidade. Para algumas coisas, como usar o ônibus, é permitida essa concentração, para o futebol é permitida, mas para discutir a cidade, o direito à cidade, é vedada aos moradores, de formas bem ardilosas.

Segundo, dizer que o Arado é guarani, a Ponta do Arado é guarani, é importante que se tenha essa compreensão desses povos que vêm resistindo há muitos anos e percebendo que esses espaços estão em risco, fizeram a retomada para garantir que esses espaços fossem preservados e não fossem ficar na mão da especulação. A própria área de Marinha, a área possível de uso, de APP, são áreas que são possíveis estar usando. É impressionante ver como a cidade privilegia alguns, é uma cidade de privilegiados. Toda essa movimentação para um empreendedor: uma alteração de lei, audiências públicas, e a gente não consegue fazer regularização fundiária para famílias que estão... A gente vê a área comprada para um sistema de tratamento e, ao mesmo tempo, comprou a comunidade junto, tirou o passivo de uma área que o proprietário não tinha posse, a Prefeitura assumiu esse passivo. Outra vez o desenho que é feito... (Problemas na conexão.) ...essa tubulação poderia passar por dentro, por fora do empreendimento e não ter esse impacto na vida cultural, na vida do dia a dia, no lazer das pessoas.

Também quero falar dessa postura violenta do empreendedor, salientar que esse empreendedor colocou uma milícia armada dentro da área, essa segurança... Teve tiroteio em cima da comunidade, teve acusações de envenenamento da água, fechamento de poço, é esse tipo de pessoas tóxicas que estão propondo esse empreendimento. É uma

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

elite que acredita que pode tudo, inclusive matar, amedrontar. Então é contra isso que a gente está lutando também.

É importante a gente ver que cada vez mais o licenciamento – como o Paulo e outros colocaram – está totalmente precarizado, é uma coisa que já não existe, não tem como a gente confiar, não temos análise da água, não temos análise do ar, a gente está totalmente largado, os espaços de conselhos que eram deliberativos não são mais; o Orçamento Participativo não existe mais, vários espaços de conselhos foram destruídos. Hoje nós não temos opção de participação e esses espaços da audiência pública parece que é algo para legitimar também - a gente não tem uma discussão participativa nisso aí. É importante que a gente traga que o empreendimento... A cidade tem mais habitação do que precisa, a gente precisa realmente ser racional nisso, não é só o espaço do ambiente natural, é o material que está sendo minerado, o material que está sendo explorado, são as produções, a energia gasta - e a gente precisa, sim, pensar nisso. Esse empreendimento todo foi montado para calar a boca de quem se manifestar e se oferecer, com algumas mitigações e compensações em função de empreendimento, para que mais gente fosse favorável. Então é muito importante que a gente veja a forma de fazer que esse empreendedor construiu, e é impressionante que a gente chega a confundir se é a Prefeitura que está falando ou se é o empreendedor. Então, às vezes, até é uma liderança comunitária relatando como se fosse Prefeitura. Obrigado, pessoal, seguimos na resistência, e o Arado é Guarani.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Jorge Luiz Mendes está com a palavra. (Pausa.) Enquanto o Jorge tenta restabelecer a conexão, passamos a palavra para Sra. Vera Regina da Silva Pereira.

SRA. VERA REGINA DA SILVA PEREIRA: Boa noite aos vereadores, vereadoras, ao Presidente da Câmara. Vou falar como comunidade, porque, na parte técnica e na parte de falas de biólogos e ambientalistas, já foi falado muita coisa, eu acho que os vereadores já têm bastante coisas nesse sentido. Eu gostaria de falar sobre a comunidade de Belém, sobre o bem que esse empreendimento, que esse progresso vai fazer para a comunidade

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

de Belém, uma comunidade pobre, uma comunidade carente. São muito poucas as famílias com bastante recursos. Falaram aí de Belém balneário, falaram de Belém nos anos 1980, nos anos 1990. Realmente, Belém, nessa época era balneário, tanto era balneário que toda população que Belém tinha, não tinha ônibus suficiente porque a Prefeitura não enxergava Belém como um bairro. Belém foi passar a ser bairro e visto pela Prefeitura quando a gente montou uma cooperativa habitacional de trabalho, era uma cooperativa que buscava a moradia e o emprego. Nós fomos para dentro da Prefeitura, e o prefeito tomou conhecimento e consciência de que Belém tinha pessoas morando, que Belém não era só para passar o fim de semana ou as férias, não era balneário. Então, dali para frente, a Prefeitura começou a enxergar Belém, o progresso começou a chegar em Belém com supermercados, com uma melhor qualidade de ônibus, com asfalto. E, se o progresso é tão ruim, faz tanto mal, como todo mundo está falando, por que esse pessoal que mora em Belém, que discute Belém, ainda vai no Orçamento Participativo para pedir asfalto? Ainda vai no Orçamento Participativo pedir que corte árvore? Então, como o Morro da Cuíca, o pessoal que mora no Morro da Cuíca destruiu com Morro da Cuíca. Hoje a maioria deve ter posse da terra, mas o Morro da Cuíca foi invadido, não foi preservado nem pelos que moram lá, que têm a posse da terra, como permitiram que a destruição fosse feita no Morro da Cuíca, e a comunidade de Belém não ganhou nada com aquela destruição, com a fauna e a flora toda destruída. Em compensação, o empreendedor vai deixar uma boa parte para a preservação da flora e fauna, vai trazer benefícios para o bairro, vai trazer para o bairro trabalho, vai trazer dignidade para as pessoas que querem trabalhar, que procuram um trabalho fora de Belém, muitas vezes não tem nem a passagem para ir buscar o trabalho, vão poder ir a pé se candidatar a uma vaga, vão poder se qualificar para aquela vaga. Foi como aconteceu com o Terra Ville. Quando o Terra Ville veio para Belém Novo, ninguém queria, era inviável, foram várias audiências públicas, foram várias discussões, várias brigas para não cortarem os maricás - porque era uma área que tinha muito maricá. E o que aconteceu? O Terra Ville foi implantado e está lá. E nós temos muitas famílias, muitas, muitas famílias em que o pai, que a mãe trabalham lá, trazem o sustento para casa, para os filhos, com dignidade, com honestidade. O que eu estou visualizando, porque eu sou a favor desse empreendimento, eu sou a favor de que ele seja aprovado e eu peço

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

encarecidamente que nossos vereadores, que nossas vereadoras olhem para a comunidade de Belém, tão carente de trabalho, tão carente de oportunidades para si e para os seus jovens. Se para muita gente que está me assistindo hoje, é feio ser doméstica, é feio ser jardineiro, não é um serviço digno, eu acho que na nossa comunidade, a maioria é uma comunidade de pessoas que trabalham como domésticas, têm pessoas que trabalham como jardineiro para poder formar um filho, para botar um filho na faculdade. Acho que os nossos vereadores e vereadoras não olhem só para o lado da destruição ambiental, mas olhem para o crescimento do bairro, para o desenvolvimento do bairro com um projeto e com o progresso que, de um jeito ou de outro, vai chegar no Extremo-Sul. Eu peço encarecidamente que votem a favor do nosso empreendimento e do nosso desenvolvimento e crescimento. Eu agradeço a todos, boa noite e obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa noite, todos e todas; sou a Ver.^a Karen Santos, vereadora eleita nesta cidade. Eu me inscrevi para contribuir nesta audiência pública por uma discussão sobre qual a necessidade de a gente seguir construindo prédio, seguir construindo apartamento na cidade de Porto Alegre, sendo que a gente tem milhares de imóveis vazios no Município, no Estado e da União. O Município ainda não tem nem dimensão de quantos imóveis vazios detém hoje, e a gente poderia estar pensando uma proposta de reforma urbana que, de fato, incluísse as pessoas onde estão - o mercado de trabalho, onde estão os melhores equipamentos públicos, onde tem malha viária, onde tem saneamento. Eu acho que essa lógica do Município de seguir incentivando a especulação imobiliária, permitindo mudanças legais no marco dos territórios e distribuindo umas migalhas de contrapartida, fazendo chantagem com as comunidades, eu acho isso muito desrespeitoso e muito irracional, justamente, porque não é o abandono só do Belém, é o abandono da Mapa, é o abandono da Cruzeiro, é o abandono da Ponta Grossa, é o abandono da Mariante. Pessoas que foram jogadas na periferia por uma lógica de desenvolvimento e de progresso que não fazia peão, não fazia trabalhador morar no Centro da cidade. Cria a Restinga, cria a Lomba do Pinheiro, cria a Mário Quintana, joga esses

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

pobres lá para a Timbaúva. E aí para dialogar um pouco com essa fala da Vera, não é feio ser doméstica, não é feio ser pedreiro, não é feio ser marceneiro; a questão é que são empregos extremamente mal remunerados, e essa ideia de que vá gerar emprego, a gente também tem que questionar o tipo de emprego que vai gerar. Por que não se abre concurso público para os nossos filhos que entraram na universidade, os engenheiros, os psicólogos, os advogados não terem que se submeter a empregos cada vez mais precários? Na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, tenho uma informação para vocês, cotidianamente a gente está aprovando políticas de desemprego em massa: tirou os cobradores para colocar a maquininha, tirou os guardadores de veículo para colocar o parquímetro, quase foi aprovado tirar a obrigatoriedade de o supermercado ter o empacotador - e a gente sabe que é o primeiro emprego de muitas pessoas, inclusive, pessoas de onde nós viemos, das comunidades e das periferias - e tem projeto de lei tramitando que vai permitir que estabelecimentos grandes, supermercados do tipo Carrefour, Big, entrem em bairro em que anteriormente não poderiam. E aí vai quebrar todo esse serviço local, todos os empreendimentos de vocês, os empreendimentos pequenos e médios que mais criam empregos. Isso daí, enfim, é pegar qualquer estatística, os dados colocam isso: os pequenos e os médios mais geram emprego, mais relação têm com o território, os grandes monopólios não têm. E cotidianamente, eu quero ser honesta com vocês, na Câmara de Vereadores, aprovam-se projetos que têm essa dinâmica de um progresso e desenvolvimento para quem tem recursos para investir, não é para o povo trabalhador; tanto que, se fosse perspectiva para quem vive do próprio trabalho, não seria necessário pensar moradia lá no Belém. A gente poderia pensar moradia dentro dos bairros hoje que têm já estrutura para estar abarcando toda essa população, mas Porto Alegre está andando para trás. Coisas que a gente não via cinco anos atrás, agora nós estamos vendo. O retrocesso na política de mobilidade urbana, não dá para acreditar que, tirando isenção tarifária, tirando cobrador, Porto Alegre ficando de joelho para a massa do transporte coletivo vai voltar a ter qualificação do nosso transporte. Não dá para acreditar que simplesmente destinando R\$ 10 milhões, pessoal, R\$ 10 milhões para o ano de 2022 para o Orçamento Participativo, sabem o que isso significa? São menos de 10 quilômetros de asfaltamento para as nossas comunidades. Isso eu coloquei. O problema de vocês é da

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

Mário Quintana, do Rubem Berta, da Bom Jesus. Não é um problema localizado esse abandono. E esse tipo de negociação, eles criam um megaempreendimento com 1.300 unidades que, na planta, a gente sabe lá quanto que vai ser? Hoje, para tu financiares um imóvel, a gente, sou servidora do Estado, sou professora, antes de estar vereadora, eu sou professora, até os 30 anos vivendo com a minha família, porque não é assim financiar um imóvel na planta, nessas áreas que estão sendo de alto valor da especulação imobiliária. Agora está na moda a natureza. A ideia, sempre, do progresso e do desenvolvimento é: desmata tudo, põe concreto em tudo, desmata, polui rio, desmata, mata... (Problemas na conexão.) ...essa sempre foi a ideia de desenvolvimento que a gente aprendeu na escola. Não culpo o Caio Paixão por pensar assim, ele foi educado, desde que ele foi parido pela barriga da mãe dele, de que isso é progresso, de que isso é desenvolvimento. Só que a data de validade do mundo, e aí tem todas essas tragédias climáticas que vêm acontecendo, vem mostrando que essa ideia que nos levou até aqui não dá para se manter, porque o mundo tem uma data de validade e vai vencer. Então, a gente tem a nossa geração, não a geração mais do Caio, que eu acho que ele está muito convencido do projeto, não sei o que ele vai ganhar com isso, mas tem uma ideia de que vai ganhar... (Problemas na conexão.) ...e a gente aqui está tentando contrapor essa ideia. Vereador, eu acho que a gente só movimentamos as opiniões quando tem mudança da opinião pública. Eu acho que a gente tem que ser muito didática para convencer aquela população de que tipo de progresso vai ter. Vai ter progresso, mas não vai ser para o trabalhador. Era isso, muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Amigo Márcio, estou aqui ouvindo, vou passar, vamos ouvir as falas dos demais inscritos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Onir de Araújo, das causas quilombolas, está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

SR. ONIR DE ARAÚJO: Boa noite, Ver. Márcio Bins Ely; boa noite, vereadores e vereadoras e as pessoas que estão participando desta audiência. Eu faço parte da Frente Quilombola aqui do Rio Grande do Sul, sou advogado, sou geólogo também. Resido aqui na Zona Sul de Porto Alegre, no bairro Cristal. Eu gostaria de lembrar a todos que estão me ouvindo de que existem amarras legais que, independentemente de sermos vereadores ou não sermos vereadores, nós temos que respeitar. Uma delas é o art. 225 da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” O projeto da Ponta do Arado, ele tem uma série de brechas legais, que vão desde o que a Michele, o Paulo Brack, e o Silvio falaram, que é a questão do licenciamento ambiental, dos estudos do impacto. E tem um outro aspecto, que é muito importante ser levado em conta, que é justamente a presença guarani na Ponta do Arado. Essa presença guarani, assim como a presença quilombola, aqui no Município de Porto Alegre, reconhecida por lei, prevista na Constituição Federal, é olímpicamente desrespeitada. O fato do desconhecimento, eventualmente, do legislador de tratados internacionais, como a Convenção nº 169 da OIT, não justifica se passar por cima dessa legislação. E isso está acontecendo. O projeto da Ponta do Arado, como outros projetos imobiliários que estão aí... (Problemas na conexão.) ...eles olímpicamente descumprem a legislação, a Constituição Federal, ao não se implementar a consulta livre e informada aos povos impactados com esses projetos. Está acontecendo isso com as torres do Beira-Rio, com a Ponta do Arado, e vários outros projetos imobiliários aqui na cidade. Então, o primeiro aspecto que os vereadores têm que atentar, e essa questão, na Ponta do Arado, já está judicializada, é que tem que se respeitar a Constituição Federal. E todos nós, cidadãos de Porto Alegre, temos responsabilidade de garantir um legado para as futuras gerações de um meio ambiente saudável. Então, não adianta nada a gente comemorar o Dia do Meio Ambiente, etc., e apresentar projetos que estão apontando por criar um futuro extremamente tenebroso para as próximas gerações no Município de Porto Alegre, não só para o Belém Novo. Os ambientes de relacionam. A água que nós tomamos na região Sul e Sudeste vem através de um processo complexo da América do Sul, que são... (Problemas na conexão.) ...que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

tem a ver com a Amazônia em pé, ou seja, as coisas estão relacionadas, e o Belém Novo está aqui há alguns quilômetros do Centro de Porto Alegre. É uma das últimas áreas que podem permitir a gente projetar uma cidade para os nossos filhos e filhas, netos e netas, mais saudável. Então, esse... (Problemas na conexão.) ...a comunidade guarani não foi, até o presente momento, consultada, está *sub judice*, está se exigindo a construção de um parecer técnico sobre o impacto, isso independente da vontade de A, B, C ou D cumprir essa solenidade, isso não está sendo cumprido. Por último, esse discurso que os empreendimentos injetam na cabeça das pessoas, principalmente, nos trabalhadores e trabalhadoras, de que vai trazer empregos, e tal, a gente tem que se lembrar que nós estamos num quadro de desalento, de precarização das condições de trabalho, de precarização das nossas condições de vida, que faz com que esse progresso seja somente para os três mil magnatas que vão morar na Ponta do Arado. Para a população em geral, é mero discurso - talvez, com alguma liderança que esteja se beneficiando, de alguma forma, em relação a esse projeto. Mas, para a população em geral, não existe melhoria nenhuma... (Problemas na conexão.) ...Então, nesse sentido, era muito mais eficaz se fazer a regularização fundiária das áreas urbanas precarizadas e se respeitar o direito dos povos. Porto Alegre tem onze comunidades quilombolas e dez retomadas indígenas que fazem parte desta cidade, sim. E nós temos que ficar atentos com esse discurso belicoso contra indígenas e quilombolas. Inclusive, nós estamos vendo os resultados disso, como incêndios em comunidades, invasões, e assim por diante. Então, é nesse sentido que eu queria alertar os vereadores que têm que se pensar num futuro com uma melhor qualidade de vida para toda a população, e não olhar somente para o lucro e para os bolsos de poucos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Edson Berwanger está com a palavra.

SR. EDSON BERWANGER: Presidente da Câmara, Ver. Márcio Bins Ely, ao saudá-lo, saúdo todos os presentes. Penso que o assunto tenha sido esgotado por todas as partes, eu sou morador da Zona Sul de Porto Alegre, frequento o bairro Belém Novo praticamente durante todas as semanas durante o ano. Eu sou um praticante de esportes e gosto muito de usar esse lado da cidade para pedalar, para fazer o meu exercício, que é a corrida, e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

vejo que a Zona Sul de Porto Alegre é carente de infraestrutura, de alguns outros empreendimentos que, sim, vão gerar empregos, que, sim, vão ser importantes para a cidade, e, certamente, esse projeto da Fazenda do Arado é um projeto bastante significativo para uma região tão esquecida da cidade. Olhando o projeto de lei, a gente pode observar uma série de benfeitorias que serão executadas ao longo do tempo. Certamente, esse projeto vai enfrentar muitos desdobramentos, muitas conversas, com todos os setores da população, com todos aqueles que têm interesse, seja em preservação ambiental, seja na geração de empregos, seja em evoluir esse lado da cidade, para que ela seja, novamente, reconhecida como um ponto importante para todos os porto-alegrenses. Eu acho que todos devem ser ouvidos e atendidos nesse sentido. Fico até emocionado em ver o depoimento do Caio, eu não o conheço, mas, certamente, é uma pessoa que se emociona na sua fala. Alguns o tacharam até como grosseiro, enfim, mas é uma pessoa que tem o seu ponto de vista, o seu posicionamento e o coloca muito bem, embora possa parecer grosseiro. Certamente, para ele, um projeto como este, da Fazenda do Arado, vai trazer benefícios, não só para ele, mas como para todos os outros. Fico emocionado também com a fala da Vera e respeito a fala de todos os outros que se posicionaram contra a Fazenda do Arado. Acredito que, sim, a Zona Sul de Porto Alegre, ela necessite de novos empreendimentos, ela necessite, sim, de cuidados, que, às vezes, até a própria cidade não tem condições de entregar. Fala-se muito que, se se tivesse boa vontade, ou que se é esquecido por algum outro motivo que não seja só do interesse da população, mas, se o ente público não consegue cuidar como deveria de uma região tão importante que pode ser melhor aproveitada, certamente o empreendedor poderá contribuir, e muito, com isso na Zona Sul. Como a Vera diz, não é vergonhoso ser empregado doméstico, não é vergonhoso ser jardineiro, e certamente essas demandas vão ser contempladas na Zona Sul também com a aprovação desse projeto de lei. Entendo, vereador, demais vereadores, cidadãos que estão presentes nesta audiência pública, que não há prejuízo em se aprovar o projeto de lei que está sendo discutido neste momento. Entendo que não há prejuízo em se ouvirem todos os interessados, para que, de alguma maneira, possam ser contemplados todos esses interesses, os interesses de quem precisa que a Zona Sul seja desenvolvida, para que os seus filhos e netos também tenham a possibilidade de conviver melhor naquela

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

área, de ter o seu emprego, de não sair de lá para vir para o Centro da cidade. É óbvio que Porto Alegre vai crescer, é óbvio que a população de Porto Alegre vai aumentar, o tempo vai passar e certamente... Eu sou da década de 1970, nasci em 1977, vi a região do Shopping Iguatemi crescer para a Zona Norte da cidade, aquela região era completamente abandonada. Eu, que moro na Zona Sul a vida inteira, o Cristal parecia um interior, e hoje a gente vê o Cristal como um bairro superdesenvolvido. Agora, com esse novo empreendimento que será construído aqui em frente ao rio Guaíba, enfim, eu acredito que não haja nenhum prejuízo em ser aprovado e em serem ouvidas todas as partes. É um projeto democrático que nós estamos enfrentando aqui, acho que esses ritos devem ser cumpridos e esta audiência pública é saudada. Agradeço a oportunidade de estar participando e fico muito feliz se, de alguma forma, puder contribuir para o avanço da nossa cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Edson. Agradeço as oportunidades de ter escutado as manifestações favoráveis e contrárias. Infelizmente, o Sr. Jorge Luiz Mendes não conseguiu conectar, não conseguimos escutar a intervenção dele por alguma falha técnica. Concluídas as cinco intervenções favoráveis e as cinco contrárias, passo a palavra para as considerações finais para o Sr. Rodolfo Fork.

SR. RODOLFO FORK: Boa noite a todos, só para concluir, fazer algumas considerações. Comentaram muito do sistema de drenagem. O projeto tem um estudo de macrodrenagem da região, então, ele vai melhorar a questão dos alagamentos da região, ele está trazendo esse benefício para o entorno, ele não está piorando a drenagem. O sistema de drenagem das bacias, ele receberá as águas do entorno do próprio empreendimento. Na velocidade existente hoje, lentamente, ele vai jogar de volta nos dois canais existentes na lateral da área que divide, irá para o rio, ele não vai com flutuação até a boca do rio jogar diretamente. Ele recebe as contribuições e depois faz. Alguns comentaram sobre 3 mil, 3.600 unidades. A lei está aprovando 2.500 unidades, dessas 2.500, em torno de 800 unidades econômicas, podendo ser um pouco mais, a depender da implantação das quadras que vão ficar junto ao Lami. As outras 1.700 unidades que acontecerão na zona de menor ocupação são com

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

padrão um pouco mais alto, porque elas é que vão manter, mensalmente, os custos de manutenção das edificações históricas, que serão abertas à visitação pública, e o custo da reserva, o custo monetário, porque a reserva não é um custo, ela é um benefício que está posto para a cidade. Mas, por ela ser privada, ela tem que ser mantida e tem um custo mensal de um valor considerável. A comunidade, a associação local é que vai fazer essa manutenção. Por isso esse padrão um pouco mais elevado para os outros, senão a gente conseguiria botar todos eles numa classe mais popular. Na intenção da estruturação da cidade, comentaram a cidade adensada. Porto Alegre é uma cidade *policenter*, ela já está espalhada, tem núcleos urbanos espalhados. Não adianta tentar dizer que nós vamos densificar só o Centro de Porto Alegre e abandonar os demais núcleos, esses núcleos têm que ser estruturados. A Fazenda do Arado vem ajudar a estruturação do núcleo de Belém Novo, para que as pessoas possam morar, trabalhar e ter lazer dentro da própria região, sem necessitar fazer um deslocamento até a região central. Esse é o intuito, junto com a preservação ambiental do empreendimento para o bairro. Essas seriam as últimas considerações que eu queria deixar para a comunidade e para os vereadores. Este é o intuito: preservação ambiental junto com moradia, trabalho e lazer, tudo na mesma área, sem necessidade de deslocamentos.

SR. JORGE LUIZ MENDES: Alô! Estou ativado? Posso falar?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Oi, seu Jorge, agora o senhor está ativado. O Sr. Jorge Luiz Mendes está com a palavra.

SR. JORGE LUIZ MENDES: Eu sou morador do bairro Lageado, sou aposentado e ex-coordenador do controle social do SUS no Extremo-Sul. Como morador do Extremo-Sul de Porto Alegre, eu vejo com muito bons olhos esse empreendimento da Ponta do Arado. O Extremo-Sul de Porto Alegre vai ser beneficiado pela implantação de um bairro planejado, construído em estrito respeito às legislações ambientais e urbanísticas. As alegações contrárias ao empreendimento, num primeiro momento, partiram da falsa premissa de que era território indígena, inclusive, território sagrado dos índios. Ora, não vale nem a pena a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

gente discutir esse absurdo, tendo em vista que aquela área, há mais de 60 anos, é uma propriedade privada e nela se desenvolveram atividades de pecuária, agricultura e até moradia do proprietário. Mas vamos adiante aqui: eu li bem, com atenção, a apresentação do projeto lá na Associação dos Funcionários da Assembleia, onde foram apresentados números e dados que só reforçam a ideia de que o empreendimento é benéfico para o Extremo-Sul. Vejamos: o empreendimento vai aumentar em 70% o número de moradores do bairro Belém Novo. Agora, a gente tem que observar que não vai ser da noite para o dia que esses 70% vão aparecer no bairro, isso aí é de uma maturação de oito a dez anos. Portanto, o bairro não vai ser impactado por esses 70% num primeiro momento. A gente tem como exemplo aqui o Terra Ville. O Terra Ville, há dois anos, acabou de vender os últimos lotes, e não houve um impacto que viesse a prejudicar os moradores. Outro dado importante que foi mostrado, é que a densidade populacional do empreendimento é inferior à densidade populacional, atualmente, do bairro. Então, teríamos melhoras nas condições, um aproveitamento do solo menor por habitante. Outro dado importante é que o aumento de unidades habitacionais viabiliza a manutenção de área nativa, porque vai ser uma taxa do condomínio que vai ser reservada para preservação da mata nativa, da reserva que vai ser feita ali, entende? O empreendimento não só prevê a preservação do ambiente, como também está sendo prevista como vai ser feita a manutenção dessa área. Outro detalhe muito importante é o seguinte: eu falo em nome do Extremo-Sul, as pessoas precisam entender, principalmente quem mora em Belém Novo, que o mundo vai muito além do umbigo de quem mora em Belém Novo. Nós temos todo um Extremo-Sul abandonado, nós temos todo um Extremo-Sul sendo ocupado de forma irregular, e o pessoal de Belém Novo, vocês podem ver, a maioria das falas que é contra o empreendimento, que é uma minoria, é de Belém Novo. Agora, Belém Novo faz parte de um corpo e esse corpo se chama Extremo-Sul, e o Extremo-Sul de Porto Alegre vai ser muito beneficiado com esse empreendimento. Diaristas que são obrigadas... (Problemas na conexão.) O Extremo-Sul de Porto Alegre, e nós temos que aqui falar, não é só do pessoal de Belém Novo, porque o pessoal de Belém Novo, principalmente a pessoa que agora é contra o empreendimento, está lá destruindo o Morro da Cuíca, mora no Morro da Cuíca. Então, eles puderam destruir, agora, o Morro do Arado, que vai ser preservado, não pode ser ocupado? Mas vamos às

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

considerações. Nós temos o Parque Estadual de Itapuã, nós temos o Morro São Pedro, nós temos a Reserva Biológica do Lami, então, quer dizer que o Extremo-sul de Porto Alegre preserva, sim, o meio ambiente e, lá no Morro do Arado, vai ser preservado. Então, Belém Novo tem que entender que isso é benéfico para a diarista...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Para concluir, por favor.

SR. JORGE LUIZ MENDES: Para concluir: esse empreendimento é benéfico para o Extremo-Sul de Porto Alegre. Eu espero que os vereadores de Porto Alegre ajam no estrito e único entendimento do bem público, e que meia dúzia de pessoas que não querem esse empreendimento não sejam levadas em consideração. Essa é a minha fala.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Sr. Jorge Luiz. O Sr. Mateus Coimbra está com a palavra.

SR. MATEUS COIMBRA GUS: Boa noite, meu nome é Mateus, eu componho o Coletivo Ambiente Crítico, que faz parte da campanha Preserva Arado, que está envolvida com esse processo há muitos anos, desde 2015. Desde a primeira fala do secretário Germano, salta aos ouvidos de quem vem acompanhando essa situação toda, quando ele fala que quem é contrário ao projeto é por desconhecimento do projeto. Então, nesse pequeno período de tempo que nos é concedido, eu vou comentar algumas questões que mostram que é o contrário o que acontece. Se não fosse a atuação dos coletivos da sociedade civil, pressionando o poder público, pressionando o Ministério Público, o projeto teria acontecido com um estudo de impacto ambiental fraudulento, com investigação recém finalizada pela Polícia Civil. Trazendo para o momento mais recente, na sequência de eventos que vem se dando, organizada pela Prefeitura em parceria com o empreendedor, de reuniões e apresentações em diversos locais, o que a gente percebe é que em nenhum momento foi concedido para técnicos que não fossem da Prefeitura e para a comunidade, enfim, não foi concedida a nenhuma parte contrária ao empreendimento mais do que falas de cinco minutos. E aí, quando a gente começa a apresentar os argumentos contrários, a discussão

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

não pode evoluir porque fica sempre nesse cerceamento da comunicação da nossa parte. Este ano aconteceu de a Prefeitura, de o empreendedor divulgar que estava realizando uma estação de tratamento de água, viabilizando uma estação de tratamento de água. Essa estação de tratamento de água foi completamente viabilizada pelo DMAE, não depende do empreendimento. O projeto de lei que está sendo apresentado é extremamente confuso, ele é tão confuso, que o que está escrito no projeto de lei é diferente dos mapas que o arquiteto Rodolfo mostra. A gente vai encaminhar para todos os vereadores uma apresentação montada pelo nosso movimento, descrevendo essas diferenças. Então, a gente não consegue nem entender o projeto de lei, porque ele é diferente do que o arquiteto mostra, ele é diferente do que a Prefeitura mostra e ele é diferente dos mapas *on-line*, disponibilizados pela Prefeitura, que, inclusive, já estão no regime urbanístico que a lei propõe. Eles não respeitam mais o regime urbanístico vigente, isso é criminoso, não tem outra palavra. Seguindo essa sequência de absurdos, como se não fosse suficiente eles virem e apresentarem que existe diálogo, no momento em que a gente encaminha discussões, encaminha questões, como na última audiência pública no bairro, quando foi encaminhado 20 questões para a secretaria e foi protocolado isso, a gente não teve uma resposta, uma resposta de questões que, durante a audiência pública, foram colocadas, nos foi colocado para a gente formalizar e não aconteceu nada.

Por fim, eu finalizo, já que a gente fala o Extremo-Sul esquecido, é importante que a gente entenda que o Extremo-Sul está sendo esquecido pelos mesmos atores que estão querendo construir este condomínio no Extremo-Sul. Então não vamos nos enganar que são eles que vão trazer a melhoria de vida. Pelo contrário, este projeto não só é criminoso do ponto de vista socioambiental como ele é antieconômico. Nós escrevemos um artigo enquanto movimento, enquanto coletivo ambiente crítico, que também vai ser disponibilizado para os vereadores, já que não sobra espaço para apresentar todas essas informações para debater, para discordar das informações que são falaciosas que a Prefeitura e que os arquitetos apresentam. É antieconômico crescer, espalhar a cidade a partir de um certo ponto, os custos aumentam enormemente e, em algum lugar, esse investimento vai deixar de ir. Então a cidade sofre com isso. O próprio Prefeito Melo, na última audiência pública, quando ele ingressa na audiência, ele fala: “Somos contrários, o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

mundo já viu que não devemos espalhar a cidade, mas agora que está feito, vamos fazer”. Foram essas as palavras do Prefeito Sebastião Melo. Então percebiam que não existe um discurso coerente, é só essa falta de possibilidade de acesso às mídias que não nos é concedida, mas, da mesma forma, faz cinco anos que a gente continua batendo, continua lutando, o Ministério Público atuando como deveria, e a gente conseguindo frear esse empreendimento para, no mínimo, ser mais visível aos olhos da cidade.

Termino minha fala colocando que nós vamos encaminhar aos senhores, e espero que os senhores leiam com bastante atenção, todo um material, toda uma documentação que está sendo produzida, faz seis anos, desde 2015, e que não está sendo levado pela Prefeitura e pelo empreendimento. Agradeço, Presidente, pelo espaço e seguimos forte na luta, pessoal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Mateus. O secretário Germano Bremm está com a palavra para as considerações finais.

SR. GERMANDO BREMM: Obrigado, Presidente Márcio, ao demais vereadores, a todos aqueles que participaram do debate. Sem dúvida o processo democrático de formação, discussão da lei, é muito enriquecedora as diversas falas, é do processo, cada um de nós temos visões, às vezes semelhantes, às vezes distintas, daquilo que entendemos como adequado para os territórios da cidade, e é para isso que temos o poder público para tentar trazer o equilíbrio para essas diversas visões. Se nós formos pegar a compreensão de um biólogo, de um arquiteto, de um profissional do direito, cada um vai ter uma compreensão, uma visão, e temos, então, a equipe técnica do Município para fazer essas avaliações, fazer essa ponderação daquilo que é mais adequado para a cidade.

Eu queria só, por último, destacar, Presidente Márcio, que aqui nós estamos tratando do regime urbanístico. Nunca teve etapa de licenciamento ambiental aberta neste caso, porque parou lá no Estudo de Impacto Ambiental, e licenciamento ambiental em nenhum momento se tramitou. E isso vai ser, naturalmente, todos os pontos trazidos, dúvidas, preocupações com a questão do meio ambiente, a proteção, vão ser avaliados necessariamente no licenciamento ambiental. Aqui, no aspecto legal, da lei que nos cabe, que é a competência

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

municipal regular as questões urbanísticas, nós estamos tratando das questões urbanísticas. Este projeto está na sua 15ª ou 16ª revisão, ele foi evoluindo ao longo dos anos com todas as contribuições que foram muito bem-vindas. Eu vejo que algumas falas que foram colocadas hoje à noite aqui são de referência da legislação antiga ou do projeto antigo, que foi muito aprimorado e avaliado tecnicamente pelo Município, pelo poder público para a gente ter essa condição de enviar esta proposta para o Legislativo municipal, do qual a gente espera aprovação. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade e sempre à disposição para debater, para construir o que é melhor para a cidade.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, secretário Germano.

SRA. GISELE VARGAS: Só uma última informação sobre a questão da densidade que o arquiteto Rodolfo colocou. A densidade final do empreendimento vai ficar em 20 habitantes por hectare ou cinco economias por hectare. Novamente, aquela parte de área da APAN vai ter um regime mais restritivo do que o regime original. Quando o Mateus colocou a questão que o mapa está com a lei já colocada, isso não procede. Se ele for consultar pela nossa declaração de informações, vai ver que não existe regime atribuído no mapa. Então, será preciso tramitação deste projeto para que se altere essas informações do Município. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu gostaria de agradecer a todos e a todas que estiveram conosco desde as 19h05min, portanto, mais de duas horas de debate a respeito deste projeto de lei. Em especial, a presença dos vereadores Airto Ferronato e Ver.^a Karen Santos, demais assessores que, através do *chat*, registraram a presença da participação dos vereadores. Manifestaram-se contrários ao projeto a Michele Rihan Rodrigues, Silvio Jardim, Paulo Brack, Fernando Campos Costa, Onir de Araújo e Mateus Coimbra. E a favor se manifestaram Márcio Carvalho, Jorge Luiz Mendes, Edson Berwanger. Obrigado a todos e cada um que contribuíram sobremaneira com a relevância deste debate. Estão encerrados os trabalhos.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
021ª Audiência Pública Virtual 25NOV2021
Pauta: Debater o PLCE nº 024/21

(Encerra-se a reunião às 21h13min.)